

JNS Seguradora S.A.

CNPJ: 30.862.594/0001-00

**Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2022**

Demonstrações Financeiras **em 31 de dezembro de 2022**

Índice

Relatório da administração	3
----------------------------------	---

Demonstrações financeiras auditadas

Balanço patrimonial.....	5
Demonstração do resultado do exercício.....	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	10
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	Anexo I
Relatório dos auditores atuariais independentes sobre as demonstrações financeiras.....	Anexo II

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

É com satisfação que submetemos à apreciação de V.Sas. relatório da administração e as demonstrações financeiras da JNS Seguradora S/A ("Companhia"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

Sobre a JNS

A JNS nasceu da visão de que as coisas no mercado de seguros podem ser feitas de maneira mais simples, ágil e transparente. Norteados por estes objetivos e fazendo uso da tecnologia, busca a possibilidade que mais empresas e pessoas tenham acesso às soluções de seguros. Para suportar este propósito, a Companhia busca transmitir os seguintes valores: (i) simplicidade; (ii) agilidade; (iii) inovação tecnológica e; (iv) confiança. Acreditamos e garantimos empresas que desenvolvem nosso país.

Reflexo da forma com a qual a JNS vivencia seus valores são os resultados atingidos no ano de 2022.

O Mercado de Seguros

Com base nas informações divulgadas pela SUSEP (base Dezembro/2022) o mercado de seguros arrecadou no período R\$ 355,96 bilhões (R\$ 306,31 bilhões mesmo período de 2021), que representa aumento de 16,2%. O mercado de seguros garantia arrecadou no período R\$ 3,47 bilhões (R\$ 3,06 bilhões mesmo período de 2021), que representa aumento de 13,5%.

Desempenho

A Companhia apresentou no exercício de 2022 Lucro Líquido de R\$ 0,9 milhão. O Patrimônio Líquido no exercício de 2022 é de R\$ 34,1 milhões (R\$ 33,2 milhões em 2021).

A Companhia, no ano de 2022, obteve um crescimento de 368,51% em relação ao ano de 2021, emitindo R\$ 69 milhões de prêmio. Atingiu o montante de R\$ 32,6 milhões em prêmios ganhos (R\$ 20,8 milhões no exercício de 2021). Essa performance reflete o resultado e o conjunto de ações implementadas pela administração, estando em linha com sua postura conservadora e visão de longo prazo.

O resultado financeiro em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 5,9 milhões (R\$ 1,9 milhões em 2021). As aplicações financeiras atingiram o saldo de R\$ 58,1 milhões em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 42,9 milhões em 31 de dezembro de 2021), demonstrando solidez e capacidade de geração de caixa.

Governança Corporativa

A administração tem como propósito manter um ambiente de Governança adequado a complexidade das operações e estrutura da companhia e em conformidade com sua estrutura organizacional, cujas principais deliberações ocorrem em âmbito de assembleia de acionistas, reuniões do Conselho de Administração, reuniões de diretoria e comitês de gestão e negócios.

Distribuição de Dividendos

Em face ao resultado apresentado no exercício não houve qualquer destaque ou distribuição de dividendos. Foram destacados R\$ 1.034 a título de juros sobre capital próprio, decorrentes do resultado do exercício de 2022.

Declaração sobre a capacidade financeira

A Companhia dispõe de ativos com liquidez adequada e o Patrimônio Líquido é mantido em patamar superior ao exigido pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, cumprindo as exigências regulatórias de solidez financeira e de adequação do Patrimônio Líquido.

A Companhia apresenta liquidez suficiente para manutenção dos ativos financeiros até suas respectivas datas de vencimento.

Agradecimentos

Por todo o apoio, confiança e dedicação, agradecemos aos acionistas, corretores, clientes, diretores, colaboradores, à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, resseguradores, em especial ao IRB pelo seu apoio e liderança e demais partes envolvidas na construção e solidificação da JNS Seguradora.

Curitiba, 13 de fevereiro de 2023.

Jorge Nacli Neto
Presidente do Conselho de Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

ATIVO			
	<u>Notas Explicativas</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
CIRCULANTE		73.237	36.757
Disponível	7	600	614
Caixa e bancos		600	614
Aplicações	8	31.495	19.066
Títulos de Renda Fixa		-	5.435
Quotas de Fundos de Investimentos		31.495	13.631
Créditos das operações com seguros e resseguros	9	17.460	5.021
Prêmios a receber	9.1	16.322	5.016
Operações com resseguradoras	9.4	1.138	5
Outros Créditos Operacionais	10	215	252
Ativos de resseguro - provisões técnicas	11	15.184	9.049
Títulos e créditos a receber	12	765	174
Créditos tributários e previdenciários	12.1	237	121
Outros créditos	12.2	528	53
Custos de aquisição diferidos	13	7.518	2.581
Seguros		7.518	2.581
NÃO CIRCULANTE		51.237	36.176
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		49.864	34.603
Aplicações	8	26.583	23.798
Títulos de Renda Fixa		26.583	23.798
Créditos das operações com seguros e resseguros	9	770	1.064
Prêmios a receber	9.1	770	1.064
Ativos de Resseguro e Retrocessões	11	15.338	7.048
Custos de Aquisição Diferidos	13	7.173	2.693
Seguros		7.173	2.693
Imobilizado	14.1	105	44
Intangível	14.2	1.268	1.529
TOTAL DO ATIVO		124.474	72.933

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras)

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

PASSIVO

	<u>Notas Explicativas</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
CIRCULANTE		58.880	25.404
Contas a pagar	15	2.547	834
Obrigações a pagar	15.1	1.740	466
Impostos e encargos sociais a recolher	15.2	343	105
Encargos trabalhistas	15.3	218	67
Impostos e contribuições	15.4	113	48
Outras contas a pagar	15.5	133	148
Débitos de operações com seguros e resseguros	16	20.197	6.527
Prêmios a restituir	16.1	175	1.016
Operações com seguradoras	16.2	4	164
Operações com resseguradoras	16.3	14.873	3.415
Corretores de seguros e resseguros	16.4	5.032	1.780
Outros débitos operacionais	16.5	113	152
Depósito de terceiros	17	727	73
Provisões técnicas - seguros	18	35.221	17.970
Danos		35.221	17.970
Outros débitos	19	188	-
Provisões judiciais		188	-
NÃO CIRCULANTE		31.477	14.270
Débitos de operações com seguros e resseguros	16	323	790
Operações com resseguradoras	16.3	142	623
Corretores de seguros e resseguros	16.4	181	167
Provisões Técnicas - seguros	18	31.154	13.480
Danos		31.154	13.480
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20	34.117	33.259
Capital social		38.500	38.500
Prejuízos acumulados		(4.383)	(5.241)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		124.474	72.933

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	<u>Notas Explicativas</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prêmios emitidos		69.269	14.785
Variações das provisões técnicas de prêmios		(36.635)	6.017
Prêmios ganhos	21.1	32.634	20.802
(-) Sinistros ocorridos	21.2	(3.497)	52
(-) Custos de aquisição	21.3	(7.602)	(4.762)
(-) Outras receitas e despesas operacionais	21.4	(1.391)	(589)
Resultado com resseguro	21.5	(11.746)	(8.175)
(+) receita com resseguro		1.676	(1.254)
(-) despesa com resseguro		(13.422)	(6.921)
Despesas Administrativas	21.6	(10.300)	(6.978)
Despesas com Tributos	21.7	(1.343)	(911)
Resultado Financeiro	21.8	5.950	1.933
Resultado Operacional		2.705	1.372
Resultado antes dos Impostos e Participações		2.705	1.372
Imposto de renda	21.9	(276)	(247)
Contribuição social	21.9	(200)	(156)
Participação sobre o resultado		(337)	(83)
Lucro líquido do exercício		1.892	886
Juros sobre o Capital Próprio	19.b	(1.034)	-
Lucro líquido ajustado do exercício		858	886
Quantidade de ações		38.678.496	38.678.496
Lucro por ação - R\$		0,02	0,02

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital Social	Aumento de Capital em aprovação	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro 2021	37.500	1.000	(6.127)	32.373
Aumento De Capital				
Homologação Aumento de Capital - Portaria SUSEP nº 141/2021	1.000	(1.000)	-	-
Lucro no exercício	-	-	886	886
Saldos em 31 de dezembro 2021	38.500	-	(5.241)	33.259
Saldos em 01 de janeiro 2022	38.500	-	(5.241)	33.259
Lucro no exercício	-	-	1.892	1.892
Juros sobre capital próprio (19.b)	-	-	(1.034)	(1.034)
Saldos em 31 de dezembro 2022	38.500	-	(4.383)	34.117

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Método Indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro do exercício	858	886
Depreciações e Amortizações	427	357
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	287	150
Lucro ajustado	1.572	1.393
Variação nas contas patrimoniais:	(656)	(350)
Ativos financeiros	(15.212)	530
Créditos das operações de seguros e resseguros	(12.692)	3.808
Outros créditos operacionais	37	(211)
Créditos tributários e previdenciários	(117)	(121)
Títulos e créditos a receber	(476)	(47)
Custos de aquisição diferidos	(9.416)	2.022
Ativos de resseguro e retrocessão diferidos	(14.426)	1.987
Fornecedores	105	80
Impostos e contribuições	768	512
Outras contas a pagar	1.544	87
Débitos de operações com seguros e resseguros	13.463	(1.611)
Depósitos de terceiros	653	37
Provisões técnicas - seguros e resseguros	34.925	(7.423)
Provisões judiciais	188	-
Caixa gerado nas operações	916	1.043
Impostos sobre Lucros Pagos	(703)	(521)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	213	522
Atividades de investimento		
Intangível	(153)	(304)
Imobilizado	(74)	(46)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(227)	(350)
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	(14)	172
Caixa no início do exercício	614	442
Caixa no fim do exercício	600	614
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	(14)	172

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras **(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)**

1 Contexto operacional

A JNS Seguradora S.A. (doravante “Companhia”) foi constituída em 07 de maio de 2018, conforme Ata de Assembleia Geral de Constituição realizada na mesma data e foi autorizada a operar pela Portaria SUSEP nº 7.162, de 26 de julho de 2018.

A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado com sede e escritório localizados na Alameda D. Pedro II, nº 21 – Batel – Curitiba – Estado do Paraná - Brasil.

O controle acionário e a gerência efetiva nos negócios da Companhia são exercidos pela JNF Participações S.A., sociedade constituída e existente de acordo com as leis brasileiras. A JNF Participações S.A. detém 90,0% do capital social da Companhia, sendo as principais decisões aprovadas em Conselho de Administração.

A Companhia tem por objeto social operar com seguros de danos em todo o território nacional e suas atividades comerciais se iniciaram em dezembro de 2018.

A Companhia está exposta a riscos que são provenientes de suas operações e que podem afetar seus objetivos estratégicos e financeiros que estão divulgados na nota explicativa nº 6.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras compreendem o balanço patrimonial, a demonstração de resultado, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, e a demonstração do fluxo de caixa da Companhia, conforme legislação em vigor.

A Companhia não apresentou outros resultados abrangentes no período, razão pela qual deixa de apresentar a referida Demonstração de Resultado Abrangente.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP Nº 648, de 12 de novembro de 2021 e alterações posteriores, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante denominadas “práticas contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras **(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)**

adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP” e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular.

2.2 Base para mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Continuidade

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

2.4 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são mensuradas usando a moeda principal do ambiente econômico, no qual a Companhia atua. A moeda funcional é o Real, que é utilizada nas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de reais, exceto quando houver menção específica.

A Companhia não possui ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira na data de fechamento do balanço.

2.5 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é requerida a usar seu julgamento na determinação de estimativas que levam em consideração pressupostos e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos considerados na aplicação das práticas contábeis, que apresentam efeitos significativos nos saldos registrados nas demonstrações financeiras e, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras **(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)**

próximo exercício financeiro, estão relacionadas à marcação a mercado dos ativos financeiros.

2.6 Autorização para emissão e divulgação

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Administração em 13/02/2023.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário disponível em caixa, em contas bancárias e investimentos financeiros com vencimento inferior a 90 dias a contar da data de aquisição, de alta liquidez e com baixo risco de variação no valor justo de mercado.

3.2 Ativos financeiros não derivativos

Um ativo financeiro é classificado no momento do reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

- Valor justo por meio do resultado;
- Mantidos até o vencimento;
- Disponíveis para venda; e
- Empréstimos e recebíveis.

A Administração, por meio de sua Política de Investimentos Financeiros, determina a classificação dos ativos financeiros na data de aquisição, considerando a sua estratégia de investimentos, que leva em consideração o gerenciamento dos fluxos de caixa de curto e longo prazo.

a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)**b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento**

São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- **Reconhecimento e mensuração**

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro", respectivamente, no período em que ocorrem. Para os ativos financeiros classificados como "Disponíveis para venda", quando aplicável, essas variações são registradas na rubrica "Outros resultados abrangentes", no patrimônio líquido, até o momento da liquidação do ativo financeiro, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado do exercício.

- **Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (incluindo prêmios a receber de segurados)**

A Companhia avalia se há evidência de que um determinado ativo classificado na categoria, empréstimos ou recebíveis (ou se um grupo de ativos) esteja deteriorado ou '*impaired*'.

Caso um ativo financeiro seja considerado como *impaired*, a Companhia registra a perda em conta de resultado se houver evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos que ocorram após a data inicial de reconhecimento do ativo financeiro nesta categoria e se o valor da perda puder ser mensurado com confiabilidade pela Administração. São fontes de evidência de *impaired*:

- Dificuldades significativas do emissor ou do devedor;
- Quebra de termos contratuais, tais como default ou não cumprimento dos pagamentos devidos pelo devedor;

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

- É provável que o emissor ou devedor entre em falência ou recuperação judicial;
- Desaparecimento de um determinado ativo de um mercado ativo (para títulos e valores mobiliários);
- Informações observáveis que indicam que há uma redução mensurável dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos (para o acesso coletivo de *impairment*), embora esta redução não possa ser atribuída individualmente para os ativos não significativos.

Para avaliação de *impairment* de ativos financeiros classificados nesta categoria a Companhia reconhece os valores de perdas decorrentes dos valores a receber a mais de 60 dias, independente de existirem outros valores a receber de determinado devedor, conforme orientação da Circular SUSEP Nº 648/2021 e alterações posteriores, considera se existe evidência objetiva de *impairment* para ativos individualmente significativos. Se a Companhia considerar que não existe evidência de que um ativo individualmente significativo esteja *impaired*, a Companhia inclui o ativo em um grupo de ativo de risco de crédito com características similares e acessa este ativo para *impairment* juntamente com os demais ativos financeiros que serão testados em uma base coletiva. Para o cálculo coletivo de *impairment* a Companhia agrupa os ativos em uma base de características de risco de crédito (como por exemplo, ratings internos, indústria ou tipos de contrato de seguro para avaliação de prêmios a receber). Estas características são relevantes para a determinação dos fluxos de caixa coletivos dos grupos avaliados.

Os ativos individualmente significativos que são avaliados para *impairment* em uma base individual não são incluídos na base de cálculo de *impairment* coletivo. A Companhia designa os prêmios a receber para acesso de *impairment* nesta categoria e os estudos econômicos de perda considera emissões feitas em exercícios anteriores e elimina eventos de cancelamento de apólices não diretamente associados com perdas originadas por fatores de risco de crédito, tais como cancelamentos, baixa dos ativos por sinistros, emissões incorretas ou modificações de apólices solicitadas por corretores que resultam na baixa do ativo em conformidade com a Circular SUSEP Nº 648/2021 e alterações posteriores.

c) Ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia não possui instrumentos financeiros registrados nesta categoria na data de encerramento das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)**d) Empréstimos e recebíveis**

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante aqueles com prazo de vencimento em até 12 meses após a data do balanço. Estes ativos são deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável e compreendem substancialmente “Prêmios a receber”. São classificados como ativo não circulante aqueles com vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

e) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos na data de encerramento das demonstrações financeiras nem efetuou transações com instrumentos derivativos durante o exercício.

3.3 Ativos não financeiros

Ativos não financeiros sujeitos a depreciação ou amortização (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados para redução ao valor recuperável de ativos quando ocorram eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado para o valor pelo qual o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável do ativo. O valor recuperável é definido pelas práticas contábeis adotadas, como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Para fins de testes de *impairment* de ativos não financeiros, os ativos são agrupados no menor nível para o qual a Companhia consegue identificar fluxos de caixa individuais gerados dos ativos, definidos como unidades geradoras de caixa.

3.4 Ativos intangíveis e outros intangíveis**(a) Softwares**

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

(i) é tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

- (ii) a administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;
- (iii) o *software* pode ser vendido ou usado;
- (iv) o *software* gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- (v) estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*; e
- (vi) o gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente.

Os custos durante sua vida útil estimada (vida útil definida), não superior a cinco anos, são alocadas às suas respectivas unidades geradoras de caixa e avaliados para *impairment* periodicamente pela Companhia.

3.5 Classificação de contratos de seguro

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico e adverso ao segurado é classificado como um contrato de seguro. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo.

4 Passivos financeiros

Compreendem, substancialmente, fornecedores, impostos e contribuições e outras contas a pagar que são reconhecidos inicialmente ao valor justo.

4.1 Contas a pagar

As obrigações a pagar são inicialmente reconhecidas ao valor justo de mercado e quaisquer efeitos significativos de ajuste a valor presente são reconhecidos segundo o método da taxa efetiva de juros até a data de liquidação.

4.2 Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

De acordo com o CPC 25, uma provisão é reconhecida no balanço da

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Companhia quando existe uma obrigação presente como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. Adicionalmente para as contingências cíveis e trabalhistas é realizada uma avaliação individual das contingências com base no histórico de perdas independentemente da classificação do risco. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

4.3 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excedem R\$ 240 mil no exercício. A contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada considerando a alíquota de 15% sobre o lucro tributável até o mês de julho de 2022. De acordo com a Lei nº 14.446/2022, a alíquota da contribuição social foi de 16% para o período de 1º de agosto de 2022 à 31 de dezembro de 2022 voltando a 15% a partir de janeiro de 2023.

A despesa de imposto de renda e contribuição social dos períodos reportados inclui as despesas de impostos correntes e os efeitos de tributos diferidos. A Companhia reconhece no resultado do período os efeitos dos impostos de renda e contribuição social, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, onde nestes casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

4.4 Passivos oriundos de contratos de seguros

4.4.1 Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do CNSP e da Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), descritas a seguir:

(i) A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pela parcela dos prêmios emitidos e retidos, correspondentes ao exercício de risco não decorrido do prazo de vigência de cada apólice, segundo parâmetros e normas determinadas pelo CNSP, atualizada monetariamente no caso de seguros indexados. A provisão de prêmios não ganhos referentes aos riscos vigentes e ainda não emitidos (RVNE) é constituída conforme Nota Técnica Atuarial, em que são justificadas as metodologias de estimação, conforme Resolução CNSP Nº 432/21, consolidada pela Circular Nº 648 de 12 de novembro de 2021 e alterações posteriores.

(ii) A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída com base na estimativa de pagamentos prováveis, avisados até a data das demonstrações financeiras,

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras **(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)**

líquidos de recuperações e cosseguros cedidos e determinada com base nas notificações de sinistros avisados. O valor final de PSL já considera, se necessários ajustes estimados pela parcela de IBNER. Na data-base de 31/12/2022 havia o montante aproximado de R\$ 1.984 mil de sinistros a liquidar.

(iii) A provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR) é constituída para cobertura dos sinistros ocorridos mas ainda não avisados, abrangendo todos os ramos de atuação da Companhia, com base em metodologia descrita em Nota Técnica e leva em consideração a experiência de sinistralidade da Companhia e do mercado.

(iv) A provisão de despesas relacionadas é constituída para todos os ramos de atuação da Companhia, com base em metodologia descrita em Nota Técnica e leva em consideração as despesas referentes a sinistros já avisados, pendentes de liquidação, e referentes a sinistros ocorridos, mas ainda não avisados.

4.4.2 Teste de adequação dos passivos

Conforme requerido pelo CPC 11 e pela Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, em cada data de balanço a Companhia elabora o TAP para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor líquido contábil todos os passivos de contratos de seguro permitidos segundo o CPC 11, deduzidos dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros.

O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor presente das estimativas dos fluxos de caixa das obrigações futuras que venham a surgir no cumprimento das obrigações dos contratos de seguro e a soma contábil das provisões técnicas, na data-base, deduzida dos ativos intangíveis e dos custos de aquisição diferidos diretamente relacionados aos contratos de seguros. As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram trazidas a valor presente com base na estrutura a termo das taxas de juros (ETTJ) livre de risco divulgada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA), utilizando o indexador de taxa pré-fixada e o cupom IPCA. A taxa de juros a termo pré-fixada e do cupom IPCA foram obtidas a partir dos parâmetros informados pela ANBIMA para 31 de dezembro de 2022. O fluxo de despesas administrativas/operacionais foi trazido a valor presente utilizando o cupom IPCA, dado que os componentes das despesas administrativas, como salários, aluguel e outros seguem os níveis da inflação cujo índice oficial é o IPCA. Os fluxos de prêmios e os demais fluxos nominais foram trazidos a valor presente pela taxa a termo pré-fixada. Na projeção dos fluxos de caixa foram considerados os prêmios, os sinistros ocorridos e ainda não pagos, os sinistros a ocorrer, despesas administrativas, e as despesas relacionadas à liquidação dos sinistros. Para este teste, os contratos são agrupados em uma base com características de risco similares.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

A seguir, divulgam-se as principais premissas adotadas no TAP:

- Sinistralidade do grupo de ramos 05 – Garantia Mecânica: 57% (com base em experiência do mercado, apurada entre 12/2021 e 11/2022);
- Sinistralidade do grupo de ramos 07 – Garantia Financeira: 17% (com base em experiência do mercado, apurada entre 12/2018 a 11/2022);
- Despesas administrativas: 30,50% (com base nas despesas administrativas reais do exercício).
- Tributos (PIS/COFINS): 4,65%

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos foi comparado as provisões técnicas de sinistros ocorridos que inclui os sinistros a liquidar (PSL), os sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) e as despesas relacionadas (PDR). O valor presente esperado do fluxo relativo a sinistro a ocorrer, relativo a apólices vigentes, acrescido das despesas administrativas e outras despesas foi comparado a soma das provisões técnicas - PPNG e PPNG-RVNE, líquidas dos custos de aquisição diferidos relacionados diretamente ao negócio.

O Teste de Adequação dos Passivos do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não indicou a necessidade de ajuste nas provisões técnicas de seguros.

4.5 Custos de aquisição e comissão de resseguro

Os custos de comercialização e as receitas de comissão de resseguro são registrados quando da emissão da apólice e reconhecidas no resultado segundo o transcorrer da vigência do período de cobertura do risco, através da constituição do diferimento das despesas e receitas de comercialização.

4.6 Capital social

As ações emitidas pela Companhia são classificadas como um componente do patrimônio líquido, pois a Companhia não possui a obrigação de transferir caixa ou outros ativos para terceiros. Custos incrementais, diretamente atribuíveis à emissão das ações próprias são registrados no patrimônio líquido, deduzidos dos recursos recebidos.

4.7 Normas e interpretações ainda não adotadas

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor. A natureza e a vigência de cada uma das novas normas e alterações são descritas a seguir:

- **CPC 48 – IFRS 9 – Instrumentos Financeiros:** em vigor pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis desde 1º de janeiro de 2018, apresenta novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros,

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras **(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)**

mensuração de perdas esperadas de créditos para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge.

- **CPC 50 - IFRS 17 – Contratos de Seguros** – estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. O CPC 50 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023.

Os normativos CPC 48 e CPC 50, serão aplicáveis quando referendados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e, portanto, a Administração concluirá a avaliação até a data de entrada em vigor.

5 Reconhecimento da receita

5.1 Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

- (i) os prêmios de seguros e as despesas de comercialização, contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas e reconhecidos nas contas de resultados, pelo valor proporcional no prazo de vigência do risco;
- (ii) as receitas e despesas de prêmios e comissões relativas a responsabilidades repassadas a resseguradores, pelo regime de competência.

Os saldos relativos aos riscos vigentes e não emitidos, quando aplicável, são calculados e registrados conforme metodologia definida em Nota Técnica Atuarial.

5.2 Receitas de juros

As receitas de juros de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo através do resultado) são reconhecidas no resultado do exercício segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido como resultado de perda por "*impairment*", a Companhia reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes Ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.

5.3 Resseguro

Os processos de resseguros são registrados no sistema operacional da Companhia, de acordo com cada contrato negociado, para cada uma das linhas de coberturas.

Todas as alterações nos termos e condições de resseguros estão de acordo com os manuais e políticas de subscrição. Toda e qualquer mudança ocorrida nos termos e condições dos tratados de resseguro são comunicadas para os subscritores pela área de resseguros da Companhia. Antes desta comunicação as áreas subscrição/produto executam as alterações no sistema de acordo com as novas condições da apólice.

6 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, em diferentes proporções seus objetivos estratégicos e financeiros.

- Risco de subscrição de seguro;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional;
- Risco de capital;
- Análise de sensibilidade;
- Risco financeiro.

Em conformidade com as disposições regulatórias vigentes, apresentamos a seguir as informações gerais sobre essas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação dos riscos acima mencionados.

6.1 Gestão do risco de subscrição:

O risco de subscrição é a possibilidade de haver perdas decorrentes de falhas na especificação das condições de aceitação, na tarificação do produto ou ainda de efetuar provisões técnicas insuficientes, tecnicamente mal dimensionadas ou elaborar políticas de resseguro ou transferência de risco inadequada.

a) Mitigadores do risco de aceitação do produto – A aceitação dos riscos é administrada principalmente, pela precificação, seleção e critérios de pulverização. Há constante monitoramento em relação aos resultados auferidos de forma a propiciar a implementação e revisão das políticas de aceitação, a qual, em linhas gerais, consiste na aplicação da teoria da probabilidade aplicada para a precificação e provisionamento das operações de seguros. A Companhia visa manter uma carteira de seguros pulverizada e diversificada de forma a

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras **(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)**

minimizar o risco de um impacto significativo em seu índice de sinistralidade. O principal risco é que a frequência e severidade de sinistros sejam maiores do que o estimado.

b) Mitigadores do risco de subscrição – A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados. Os modelos de subscrição encontram-se devidamente aprovados e registrados junto ao órgão regulador e são consistentes com os produtos e estruturas de coberturas oferecidas ao mercado, de forma a atender as necessidades específicas de cada segurado e de realizar o estudo dos custos e receitas, visando retorno aos acionistas. Basicamente, a subscrição dos riscos pela Companhia é procedida através de análise individual de forma a aliar a subscrição com o critério de precificação. Todos os riscos são registrados em sistema eletrônico de armazenamento e gerenciamento de dados.

c) Mitigadores do risco de resseguro – A Companhia dispõe de políticas de resseguro como forma para diluir e homogeneizar sua responsabilidade diante os riscos assumidos. Dessa política constam os critérios de riscos a ressegurar, lista dos resseguradores que atendem aos critérios estabelecidos, bem como o limite de comprometimento das cessões a ser atribuído para cada um deles. Os contratos de resseguro firmados consideram condições proporcionais e não proporcionais, de forma a reduzir e proteger a exposição dos riscos isolados e dos riscos de natureza catastrófica em cada carteira.

d) Mitigadores do risco de provisões técnicas insuficientes. As provisões técnicas da Companhia são avaliadas mensalmente. Semestralmente são realizados testes de adequação dos passivos de forma a averiguar a adequação dos saldos registrados considerando as premissas mais atualizadas e realistas em relação aos riscos assumidos pela Companhia.

6.2 Gerenciamento de risco de créditos

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro. A gestão de riscos dos ativos financeiros deve assegurar que os limites dos riscos apropriados aos investimentos não se excedam e que garantam retornos sustentáveis. Na mitigação aos riscos de créditos o objetivo é sempre o de reduzir a probabilidade da perda dos ativos da Seguradora, representados principalmente, por seus Créditos com operações – Prêmios de Seguros a Receber e Créditos com Resseguradores, além de suas Aplicações Financeiras. No processo de avaliação de tomadores, como parte de sua metodologia para análise de crédito, a Seguradora faz uso de critérios qualitativos e quantitativos quanto ao tomador, seus sócios, seus ativos, passivos, restrições, perspectivas e análise técnica da operação. Os créditos relativos às operações de Resseguro têm como contraparte conceituados grupos resseguradores nacionais e internacionais

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

conforme detalhado nestas demonstrações.

A tabela abaixo apresenta a composição da carteira por classe e por categoria contábil:

Classificação	31/12/2022		31/12/2021	
	Sem rating	BB-	Valor de mercado	Valor de mercado
Caixa e Bancos	600	-	600	614
Aplicações	31.495	26.789	58.284	42.801
Letra Financeira do Tesouro - LFT	-	26.789	26.789	23.735
Quotas de Fundo de Investimento	31.495	-	31.495	13.631
Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE	-	-	-	5.435
Créditos das operações com seguros e resseguros	18.230	-	18.230	6.085
Outros créditos operacionais	215	-	215	252
Títulos e créditos a receber	765	-	765	174
Exposição máxima ao risco de crédito	51.305	26.789	78.094	49.926

O valor justo dos instrumentos negociados em um mercado ativo é baseado em cotação de preços em mercado ativo na data de balanço. O valor cotado dos ativos financeiros mantidos pela Companhia é o de mercado.

6.3 Gerenciamento de risco de liquidez

A gestão de risco de liquidez se dá pela capacidade da Companhia gerar e manter, através do gerenciamento de seus investimentos, volume suficiente de recursos para saldar seus compromissos.

6.4 Gerenciamento de mercado

O risco de mercado é a alteração no preço de mercado e seu efeito sobre os ganhos da Companhia, sobre o valor de seus instrumentos financeiros.

Para todos os instrumentos financeiros, o CPC 40, requer a divulgação relacionada à mensuração do valor justo com base no seguinte nível:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- **Nível 2** - Títulos não cotados nos mercados abrangidos no “Nível 1” mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável mediante a utilização de modelos reconhecidos e utilizados pelo mercado;
- **Nível 3** – Títulos que não possuem seu valor justo determinado com base em um mercado observável (modelo de precificação interna).

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	31/12/2022			31/12/2021		
	Nível I	Nível II	Total	Nível I	Nível II	Total
Títulos de Renda Fixa Públicos - LFT	26.789	-	26.789	23.735	-	23.735
Títulos de Renda Fixa Privados - DPGE	-	-	-	-	5.435	5.435
Quotas de Fundo de Investimento	-	31.495	31.495	-	13.631	13.631
Total	26.789	31.495	58.284	23.735	19.066	42.801

A totalidade das aplicações financeiras (LFT's – Letras Financeiras do Tesouro) encontram-se vinculadas à SUSEP para cobertura das provisões técnicas. Em quotas de fundos de investimentos o valor de R\$ 2.537 encontra-se vinculados para cobertura das provisões técnicas.

As aplicações estão contabilizadas pelo valor de curva. O valor de mercado é o valor justo do ativo cotado em mercado na data de balanço.

6.5 Gerenciamento de risco operacional

Risco operacional é resultante de perdas de processos internos ou inadequados, provenientes de todas as áreas de negócios. Os quadros abaixo demonstram as concentrações brutas de risco para os produtos da Companhia por região, baseado no valor dos prêmios diretos.

Produção de prêmios:

<u>Ramos</u>	31/12/2022					
	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Nordeste	Norte	Total Geral
Assistência e Outras Coberturas – Auto	474	132	3.022	184	88	3.900
Seguro Garantia - Setor Publico	10.665	19.260	7.681	4.959	1.537	44.102
Seguro Garantia - Setor Privado	1.602	10.550	2.046	2.493	960	17.651
Total Geral	12.741	29.942	12.749	7.636	2.585	65.653
Percentual	19,41%	45,61%	19,42%	11,63%	3,94%	100,00%

<u>Ramos</u>	31/12/2021					
	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Nordeste	Norte	Total Geral
Assistência e Outras Coberturas – Auto	158	732	856	163	71	1.980
Seguro Garantia - Setor Publico	1.457	4.488	1.313	784	347	8.389
Seguro Garantia - Setor Privado	1.010	2.211	626	512	465	4.824
Total Geral	2.625	7.431	2.795	1.459	883	15.193
Percentual	17,28%	48,91%	18,40%	9,60%	5,81%	100,00%

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

6.5.1 Exposição ao risco de resseguro

Natureza	Agência	Rating	Prêmio cedido em 2022	Prêmio cedido em 2021
Local	na	sem rating	13.812	4.476
Admitida	A. M. Best Company	A+	11.556	(9)
Admitida	Standard & Poor's / FITCH	A+	(13)	2.223
Admitida	Standard & Poor's / FITCH	AA-	2.235	1.678
Eventual	A. M. Best Company	A+	6.904	845
Eventual	A. M. Best Company	A	5.840	1.602
Eventual	Standard & Poor's / FITCH	A	985	-
Eventual	Standard & Poor's / FITCH	A+	6.354	-
Eventual	Standard & Poor's / FITCH	A-	1.365	374
Total			49.038	11.189

Os dados das agências classificadoras de rating foram extraídos do site SUSEP

6.6 Gestão de risco de capital

A Companhia executa suas atividades de gestão de risco de capital com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP.

O Patrimônio Líquido Ajustado - PLA da Companhia está sendo apresentado na nota 20.d.

6.7 Análise de sensibilidade

Na presente análise de sensibilidade foi considerada a variável taxa de juros como fator de risco. Simulamos como uma diminuição de 2,0% na taxa de juros Selic, teriam impactado no Patrimônio Líquido e resultado em 31 de dezembro de 2022:

Fator de risco	Premissas	Impacto no resultado	
		31/12/2022	31/12/2021
Taxa de juros	Diminuição de 2% na Selic	(697)	(515)
Taxa de juros	Aumento de 2% na Selic	697	515

O impacto no resultado após os impostos é de 81% e sobre o Patrimônio Líquido é de 2% em 31 de dezembro de 2022.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

6.8 Gestão de riscos financeiros

A carteira de investimentos está substancialmente protegida de riscos financeiros, os riscos são monitorados através de instrumentos e modelos de análise de risco, que leva em consideração o cenário econômico e os requerimentos regulatórios que norteiam os negócios e ativos financeiros da Companhia.

O principal fator de risco que afeta o negócio da Companhia é:

Classe	Premissas	31/12/2022		
		Saldo contábil	Variação resultado	Saldo impactado
Ativos pós-fixados privados				
Quotas de Fundos de Investimentos	Aumento de 2,0% na taxa	31.495	630	32.125
Ativos pós-fixados públicos				
Títulos de Renda Fixa	Aumento de 2,0% na taxa	26.583	532	27.115
Total		58.078	1.162	59.240
Impacto líquido de efeito tributário			697	

Classe	Premissas	31/12/2022		
		Saldo contábil	Variação resultado	Saldo impactado
Ativos pós-fixados privados				
Quotas de Fundos de Investimentos	Redução de 2,0% na taxa	31.495	(630)	30.865
Ativos pós-fixados públicos				
Títulos de Renda Fixa	Redução de 2,0% na taxa	26.583	(532)	26.051
Total		58.078	(1.162)	56.916
Impacto líquido de efeito tributário			(697)	

A Companhia possui como política de gestão de risco financeiro, a contratação de produtos financeiros prontamente disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e como uma política prudente de gestão de risco de liquidez.

7. Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelos valores da rubrica "Disponível"

	31/12/2022	31/12/2021
Bancos	600	614
Total	600	614

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

8. Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía títulos apresentados como segue:

31/12/2022									
	sem vencimento	Até 6 meses	de 6 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor de Curva	Ajuste a valor justo	% por Categoria
Quotas de fundos de investimento renda fixa	31.495	-	-	-	31.495	31.495	31.495	-	54%
Valor justo por meio do resultado	31.495	-	-	-	31.495	31.495	31.495	-	54%
Títulos de Renda Fixa Públicos - LFT	-	-	-	26.583	26.583	26.789	26.583	206	46%
Mantidos até o vencimento	-	-	-	26.583	26.583	26.789	26.583	206	46%
Total Aplicações	31.495	-	-	26.583	58.078	58.284	58.078	206	100%
31/12/2021									
	sem vencimento	Até 6 meses	de 6 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor de Curva	Ajuste a valor justo	% por Categoria
Quotas de fundos de investimento renda fixa	13.631	-	-	-	13.631	13.631	13.631	-	32%
Valor justo por meio do resultado	13.631	-	-	-	13.631	13.631	13.631	-	32%
Títulos de Renda Fixa Públicos - LFT	-	-	-	23.798	23.798	23.735	23.798	(63)	55%
Títulos de Renda Fixa Privados – DPGE (a)	-	5.435	-	-	5.435	5.435	5.435	-	13%
Mantidos até o vencimento	-	5.435	-	23.798	29.233	29.170	29.233	(63)	68%
Total Aplicações	13.631	5.435	-	23.798	42.864	42.801	42.864	(63)	100%

(a) Os Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE) foram pactuados com taxas prefixadas de 150% do CDI (Certificado de Depósitos Interbancários) e foram registrados pelo seu valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os ativos em DPGE contam com proteção do Fundo de Garantidor de Crédito – FGC, de acordo com a Resolução nº 4222/13 do Banco Central do Brasil.

8.1 Movimentações das aplicações financeiras

	31/12/2022				
	01/01/2022	Aplicações	Resgates	Rendimentos	31/12/2022
Quotas de fundos de investimento renda fixa	13.631	33.178	(18.140)	2.826	31.495
Títulos de Renda Fixa Públicos - LFT	23.798	-	-	2.785	26.583
Títulos de Renda Fixa Privados - DPGE	5.435	-	(5.778)	343	-
Total	42.864	33.178	(23.918)	5.954	58.078

	31/12/2021				
	01/01/2021	Aplicações	Resgates	Rendimentos	31/12/2021
Quotas de fundos de investimento renda fixa	10.061	9.071	(6.200)	699	13.631
Títulos de Renda Fixa Públicos - LFT	22.839	-	-	959	23.798
Títulos de Renda Fixa Privados - DPGE	5.093	-	-	342	5.435
Títulos de Renda Fixa Privados - Letras Financeiras	5.399	-	(5.421)	22	-
Total	43.392	9.071	(11.621)	2.022	42.864

9. Créditos das operações com seguros e resseguros

9.1 Prêmios a receber

<u>Ramos</u>	31/12/2022			
	Prêmios a Receber	Prêmios RVNE	Redução ao Valor Recuperável	Total
Assistência e Outras Coberturas – Auto	456	35	(6)	485
Seguro Garantia - Setor Publico	12.803	1.355	(1.246)	12.912
Seguro Garantia - Setor Privado	3.130	604	(39)	3.695
Total	16.389	1.994	(1.291)	17.092

	Circulante	16.322
	Não circulante	770

<u>Ramos</u>	31/12/2021			
	Prêmios a Receber	Prêmios RVNE	Redução ao Valor Recuperável	Total
Assistência e Outras Coberturas – Auto	306	14	-	320
Seguro Garantia - Setor Publico	4.149	476	(727)	3.898
Seguro Garantia - Setor Privado	1.568	311	(17)	1.862
Total	6.023	801	(744)	6.080

	Circulante	5.016
	Não circulante	1.064

9.2 Composição quanto aos prazos de vencimento

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>A vencer</u>		
A Vencer de 0 a 60 dias	10.135	3.439
A Vencer de 61 a 120 dias	2.459	262
A Vencer de 121 a 180 dias	1.410	55
A Vencer de 181 a 365 dias	1.260	823
A Vencer superior a 365 dias	771	1.064
Total	16.035	5.643
<u>Vencidos</u>		
Vencidos de 0 a 60 dias	1.562	807
Vencidos de 61 a 120 dias	332	162
Vencidos de 121 a 180 dias	163	59
Vencidos de 181 a 365 dias	129	25
Vencidos superior a 365 dias	162	128
Total	2.348	1.181
Total prêmios a receber	18.383	6.824

O prazo médio ponderado de parcelamento é de 7 meses, considerando uma média aritmética ponderada entre a data de vencimento das parcelas do contas a receber, a data de emissão da apólice e o prêmio a receber.

9.3 Movimentação de prêmios a receber

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo Inicial	6.080	10.398
Prêmios emitidos seguro direto	82.238	22.003
Prêmios emitidos cosseguro aceito	3.441	2.742
Prêmios riscos vigentes, mas não emitidos (RVNE)	1.193	(1.015)
Prêmios cancelados	(14.839)	(7.017)
Prêmios recebidos	(60.484)	(20.441)
IOF s/Prêmio emitido garantia mecânica	10	(77)
Constituição da provisão para redução ao valor recuperável	(547)	(513)
Saldo Final	17.092	6.080

9.4 Operações com resseguradoras

São compostas por sinistro pagos a serem recuperados dos resseguradores, que totalizaram R\$ 601 (R\$ 5 em 2021), e participação nos lucros a receber sobre prêmio de resseguro cedido R\$ 537.

10. Outros créditos operacionais

<u>Ramos</u>	<u>31/12/2022</u> Crédito com Corretores	<u>31/12/2021</u> Crédito com Corretores
Assistência e Outras Coberturas – Auto	25	2
Seguro Garantia - Setor Público	187	236
Seguro Garantia - Setor Privado	3	14
Total	215	252

11. Ativos de resseguro - provisões técnicas

11.1 Detalhamento por ramo

	<u>31/12/2022</u>					
Ramos	Prêmios não ganhos (PPNG)	Prêmios não ganhos (PPNG – RVNE)	Sinistros a liquidar (PSL)	IBNR - Sinistros ocorridos, mas não avisados	Provisão de despesas relacionadas	Total Ativos de resseguro - Provisões técnicas
Seguro Garantia - Setor Público	22.118	278	1.593	241	114	24.344
Seguro Garantia - Setor Privado	5.903	145	8	112	10	6.178
Total	28.021	423	1.601	353	124	30.522

Circulante 15.184
Não circulante 15.338

	<u>31/12/2021</u>					
Ramos	Prêmios não ganhos (PPNG)	Prêmios não ganhos (PPNG – RVNE)	Sinistros a liquidar (PSL)	IBNR - Sinistros ocorridos, mas não avisados	Provisão de despesas relacionadas	Total Ativos de resseguro - Provisões técnicas
Seguro Garantia - Setor Público	10.639	206	2.475	124	134	13.578
Seguro Garantia - Setor Privado	2.163	143	-	195	18	2.519
Total	12.802	349	2.475	319	152	16.097

Circulante 9.049
Não circulante 7.048

11.2 Movimentação

	31/12/2022					
	Prêmios não ganhos (PPNG)	Prêmios não ganhos (PPNG – RVNE)	Sinistros a liquidar (PSL)	IBNR - Sinistros ocorridos, mas não avisados	Provisão de despesas relacionadas	Total Ativos de resseguro - Provisões técnicas
Saldo inicial	12.802	349	2.475	319	152	16.097
Constituições decorrentes de prêmios	28.628	-	-	-	-	28.628
Diferimento pelo risco decorrido	(13.409)	-	-	-	-	(13.409)
Avisos de sinistros	-	-	471	-	-	471
Ajustes de sinistros	-	-	396	-	-	396
Cancelamentos de sinistros	-	-	(173)	-	-	(173)
Sinistros pagos a recuperar ressegurador	-	-	(1.568)	-	-	(1.568)
Outras reversões	-	74	-	34	(28)	80
Total	28.021	423	1.601	353	124	30.522

	31/12/2021					
	Prêmios não ganhos (PPNG)	Prêmios não ganhos (PPNG – RVNE)	Sinistros a liquidar (PSL)	IBNR - Sinistros ocorridos, mas não avisados	Provisão de despesas relacionadas	Total Ativos de resseguro - Provisões técnicas
Saldo inicial	13.185	631	2.405	1.651	213	18.085
Constituições decorrentes de prêmios	6.529	-	-	-	-	6.529
Diferimento pelo risco decorrido	(6.912)	-	-	-	-	(6.912)
Avisos de sinistros/despesas relacionadas	-	-	4.151	-	1	4.152
Reaberturas de sinistros	-	-	1.483	-	-	1.483
Ajustes de sinistros/despesas relacionadas	-	-	(2.310)	-	6	(2.304)
Cancelamentos de sinistros	-	-	(3.196)	-	-	(3.196)
Sinistros pagos a recuperar ressegurador	-	-	(58)	-	(10)	(68)
Outras reversões	-	(282)	-	(1.332)	(58)	(1.672)
Total	12.802	349	2.475	319	152	16.097

12. Títulos e créditos a receber

12.1 Créditos tributários e previdenciários

Representa créditos decorrentes de saldo negativo de imposto de renda R\$ 145 (R\$ 81 em 2021), contribuição social R\$ 88 (R\$ 39 em 2021) e outros impostos a compensar R\$ 4 (R\$ 1 em 2021). A realização destes créditos será através do pedido de compensação administrativa, com débitos das próprias contribuições.

12.2. Outros créditos

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Férias	11	-
Ressarcimentos	-	53
Adiantamento a Funcionários	129	-
Adiantamento a Fornecedores	388	-
Total	<u>528</u>	<u>53</u>

13. Custos de Aquisição Diferidos

Os custos de aquisição diferidos são relativos às comissões de corretagem de seguros sobre riscos vigentes emitidos e riscos vigentes não emitidos (RVNE). São diferidas e amortizadas de acordo com o prazo de vigência das apólices, equivalente a uma vigência média de 1.173 dias (1.301 dias em 2021).

13.1 Detalhamento por ramo

	<u>31/12/2022</u>				
Ramos	CAD - Seguros	CAD - Cosseguro aceito	CAD - RVNE	Outros custos de aquisição	Total Custos de aquisição diferidos
Assistência e Outras Coberturas – Auto	651	-	11	-	662
Seguro Garantia - Setor Público	10.010	691	305	11	11.017
Seguro Garantia - Setor Privado	2.869	-	143	-	3.012
Total	13.530	691	459	11	14.691

Circulante 7.518
Não circulante 7.173

	<u>31/12/2021</u>			
Ramos	CAD - Seguros	CAD - Cosseguro aceito	CAD - RVNE	Total Custos de aquisição diferidos
Assistência e Outras Coberturas – Auto	162	-	3	165
Seguro Garantia - Setor Público	3.630	482	93	4.205
Seguro Garantia - Setor Privado	846	-	58	904
Total	4.638	482	154	5.274

Circulante 2.581
Não circulante 2.693

13.2 Movimentação

	31/12/2022				
	CAD - Seguros	CAD - Cosseguro aceito	CAD - RVNE	Outros custos de aquisição	Total Custos de aquisição diferidos
Saldo inicial	4.638	482	154	-	5.274
Constituições decorrentes de comissões emitidas	15.838	616	-	260	16.714
Apropriações	(6.946)	(407)	-	(249)	(7.602)
Outras reversões	-	-	305	-	305
Total	13.530	691	459	11	14.691

	31/12/2021				
	CAD - Seguros	CAD - Cosseguro aceito	CAD - RVNE	Outros custos de aquisição	Total Custos de aquisição diferidos
Saldo inicial	5.747	528	394	627	7.296
Constituições decorrentes de comissões emitidas	2.845	149	-	(14)	2.980
Apropriações	(3.954)	(195)	-	(613)	(4.762)
Outras reversões	-	-	(240)	-	(240)
Total	4.638	482	154	-	5.274

14. Imobilizado e intangível

14.1 Imobilizado

Descrição	Taxa anual de amortização	31/12/2022			
		01/01/2022	Adições	Depreciações	31/12/2022
Equipamentos de informática	20%	44	74	(13)	105
Total		44	74	(13)	105

Descrição	Taxa anual de amortização	31/12/2021			
		01/01/2021	Adições	Depreciações	31/12/2021
Equipamentos de informática	20%	-	47	(3)	44
Total		-	47	(3)	44

14.2 Intangível

Descrição	Taxa anual de amortização	31/12/2022		
		01/1/2022	Adições	Amortizações
Despesas com desenvolvimento para sistemas de computação	20%	1.529	153	(414)
Total		1.529	153	(414)

Descrição	Taxa anual de amortização	31/12/2021		
		01/01/2021	Adições	Amortizações
Despesas com desenvolvimento para sistemas de computação	20%	1.580	303	(354)
Total		1.580	303	(354)

15. Contas a pagar

15.1 Obrigações a pagar

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores	361	256
Participação nos lucros	360	107
Salários a pagar	140	103
Juros sobre capital próprio a pagar	879	-
Total	1.740	466

15.2 Impostos e encargos sociais a recolher

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Imposto de renda retido de funcionários	34	8
Imposto de renda retido de terceiros	173	6
ISS retido	2	2
IOF a recolher	34	34
INSS a recolher	66	35
FGTS a recolher	21	10
PIS, COFINS e CSLL retidos	13	10
Total	343	105

15.3 Encargos trabalhistas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Férias	162	50
Encargos Sociais	56	17
Total	218	67

15.4 Impostos e contribuições

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
COFINS	97	41
PIS	16	7
Total	113	48

15.5. Outras contas a pagar

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prestadores de Serviços (CSC)	133	148
Total	133	148

16. Débitos de operações com seguros e resseguros

16.1 Prêmios a restituir

<u>Ramos</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Assistência e Outras Coberturas – Auto	18	5
Seguro Garantia - Setor Público	147	1.008
Seguro Garantia - Setor Privado	10	3
Total	175	1.016

16.2 Operações com seguradoras

Refere-se a prêmios de cosseguros cedidos, dos ramos garantia a serem pagos às seguradoras, no montante de R\$ 4 (164 em 2021).

16.3 Operações com resseguradoras

31/12/2022							
Ramos	Prêmio de resseguro emitido	Comissões s/prêmios cedidos em resseguro	Prêmio de Resseguro - RVNE	Comissões s/prêmios ced. em resseguro - RVNE	Sinistros	Ajuste ao valor de realização	Total
Seguro Garantia - Setor Público	18.948	(7.846)	476	(198)	17	(418)	10.979
Seguro Garantia - Setor Privado	6.678	(2.780)	247	(103)	-	(6)	4.036
Total	25.626	(10.626)	723	(301)	17	(424)	15.015

Circulante 14.873

Não circulante 142

31/12/2021							
Ramos	Prêmio de resseguro emitido	Comissões s/prêmios cedidos em resseguro	Prêmio de Resseguro - RVNE	Comissões s/prêmios ced. em resseguro - RVNE	Sinistros	Ajuste ao valor de realização	Total
Seguro Garantia - Setor Público	4.603	(1.904)	353	(147)	9	(305)	2.609
Seguro Garantia - Setor Privado	2.221	(932)	245	(102)	-	(3)	1.429
Total	6.824	(2.836)	598	(249)	9	(308)	4.038

Circulante 3.415

Não circulante 623

16.4 Corretores de seguros e resseguros

31/12/2022				
Ramos	Comissões sobre prêmios de seguros	Comissões - RVNE	Ajuste ao valor de realização	Total
Assistência e Outras Coberturas – Auto	719	11	-	730
Seguro Garantia - Setor Público	3.229	305	(290)	3.244
Seguro Garantia - Setor Privado	1.104	143	(8)	1.239
Total	5.052	459	(298)	5.213

Circulante 5.032

Não circulante 181

Ramos	31/12/2021			Total
	Comissões sobre prêmios de seguros	Comissões – RVNE	Ajuste ao valor de realização	
Assistência e Outras Coberturas – Auto	579	3	-	582
Seguro Garantia - Setor Público	1.105	93	(151)	1.047
Seguro Garantia - Setor Privado	263	58	(3)	318
Total	1.947	154	(154)	1.947

Circulante 1.780
Não circulante 167

16.5 Outros débitos operacionais

<u>Ramos</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Assistência e Outras Coberturas – Auto	69	69
Seguro Garantia - Setor Público	37	21
Seguro Garantia - Setor Privado	7	62
Total	113	152

17. Depósito de Terceiros

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
De 1 a 30 dias	340	27
De 31 a 60 dias	6	1
De 61 a 120 dias	273	4
De 121 a 180 dias	7	1
De 181 a 365 dias	55	6
Superior a 365 dias	46	34
Total	727	73

18. Provisões Técnicas Seguros

18.1 Detalhamento por ramo

Ramos	31/12/2022					Total
	Prêmios não ganhos (PPNG)	Prêmios não ganhos (PPNG – RVNE)	Sinistros a liquidar (PSL)	Sinistros Ocorridos, mas não avisados (IBNR)	Provisão despesas relacionadas (PDR)	
Assistência e Outras Coberturas – Auto	2.094	35	138	48	4	2.319
Seguro Garantia - Setor Público	47.507	1.355	1.801	342	134	51.139
Seguro Garantia - Setor Privado	12.115	604	45	137	16	12.917
Total	61.716	1.994	1.984	527	154	66.375

Circulante 35.221
Não circulante 31.154

Ramos	31/12/2021					Total
	Prêmios não ganhos (PPNG)	Prêmios não ganhos (PPNG – RVNE)	Sinistros a liquidar (PSL)	Sinistros Ocorridos, mas não avisados (IBNR)	Provisão despesas relacionadas (PDR)	
Assistência e Outras Coberturas – Auto	729	14	56	12	2	813
Seguro Garantia - Setor Público	20.984	476	3.669	167	200	25.496
Seguro Garantia - Setor Privado	4.561	311	-	247	22	5.141
Total	26.274	801	3.725	426	224	31.450

Circulante 17.970
Não circulante 13.480

18.2 Movimentação das Provisões Técnicas

	31/12/2022					Total
	Prêmios não ganhos (PPNG)	Prêmios não ganhos (PPNG – RVNE)	Sinistros a liquidar (PSL)	Sinistros Ocorridos, mas não avisados (IBNR)	Provisão despesas relacionadas (PDR)	
Saldo inicial	26.274	801	3.725	426	224	31.450
Constituições decorrentes de prêmios	68.076	-	-	-	-	68.076
Diferimento pelo risco decorrido	(32.634)	-	-	-	-	(32.634)
Avisos de sinistros/despesas relacionadas	-	-	2.458	-	32	2.490
Ajustes de sinistros/despesas relacionadas	-	-	1.508	-	-	1.508
Cancelamentos de sinistros	-	-	(461)	-	-	(461)
Pagamentos	-	-	(5.246)	-	(32)	(5.278)
Outras constituições	-	1.193	-	101	-	1.294
Outras reversões	-	-	-	-	(70)	(70)
Total	61.716	1.994	1.984	527	154	66.375

	31/12/2021					Total
	Prêmios não ganhos (PPNG)	Prêmios não ganhos (PPNG – RVNE)	Sinistros a liquidar (PSL)	Sinistros Ocorridos, mas não avisados (IBNR)	Provisão despesas relacionadas (PDR)	
Saldo inicial	31.276	1.816	3.362	2.134	285	38.873
Constituições decorrentes de prêmios	15.800	-	-	-	-	15.800
Diferimento pelo risco decorrido	(20.802)	-	-	-	-	(20.802)
Avisos de sinistros/despesas relacionadas	-	-	7.936	-	8	7.944
Reabertura de sinistros	-	-	3.292	-	-	3.292
Ajustes de sinistros/despesas relacionadas	-	-	(4.261)	-	8	(4.253)
Cancelamentos de sinistros	-	-	(5.231)	-	-	(5.231)
Pagamentos	-	-	(1.373)	-	(34)	(1.407)
Outras reversões	-	(1.015)	-	(1.708)	(43)	(2.766)
Total	26.274	801	3.725	426	224	31.450

18.3 Garantia das provisões técnicas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisões técnicas de seguros e resseguros		
Provisão de prêmios não ganhos – PPNG	63.710	27.075
Provisão de sinistros a liquidar – PSL	1.984	3.725
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR	527	426
Provisão de despesas relacionadas – PDR	154	224
Total provisões técnicas	66.375	31.450
(-) Direitos creditórios	(14.338)	(4.756)
(-) Ativos de resseguros redutores de PPNG	(14.933)	(10.245)
(-) Custos de aquisição diferidos redutores de PPNG	(9.930)	(3.753)
(-) Redutores de PSL	(1.601)	(2.475)
(-) Redutores de IBNR	(353)	(319)
(-) Redutores de PDR	(124)	(152)
Total ativos redutores	(41.279)	(21.700)
Total a ser coberto (a)	25.096	9.750
Ativos oferecidos para cobertura das provisões técnicas		
Títulos de renda fixa – públicos	26.583	23.798
Quotas de fundos de investimento renda fixa	2.537	-
Total ativos vinculados (b)	29.120	23.798
Ativos líquido (c) = (a-b)	4.024	14.048

18.4 Desenvolvimento de Sinistros

As tabelas a seguir apresentam a atual estimativa do desenvolvimento dos sinistros ocorridos brutos e líquidos de resseguro, comparada com as correspondentes estimativas dos anos anteriores.

Ano de Ocorrência	Valores brutos de resseguro - Administrativos					Total
	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	
Incorrido						
Até data base	-	16	2.577	4.199	3.562	10.354
1 anos mais tarde	-	14	228	207		449
2 anos mais tarde	-	-	134			134
3 anos mais tarde	-	-				-
4 anos mais tarde	-					-
Posição em 31/12/2022	-	-	134	207	3.562	10.937
Pago acumulado						
Até data base	-	16	2.577	2.594	3.184	8.371
1 anos mais tarde	-	14	227	207		448
2 anos mais tarde	-	-	134			134
3 anos mais tarde	-	-				-
						39

4 anos mais tarde	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2022	-	-	134	207	3.184	8.953
Provisão de Sinistros 31/12/2022	-	-	-	-	378	1.984
Falta Acumulada	-	(16)	(2.443)	(3.992)	-	-
% Falta Acumulada		0%	(1.823) %	(1.929) %	0%	

Ano de Ocorrência	Valores líquidos de resseguro - Administrativos					
	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	Total
Incorrido						
Até data base	-	16	2.459	1.863	2.826	7.164
1 anos mais tarde	-	14	220	188		422
2 anos mais tarde	-	-	25			25
3 anos mais tarde	-	-				-
4 anos mais tarde	-					-
Posição em 31/12/2022	-	-	25	188	2.828	7.611

Pago acumulado						
Até data base	-	16	2.459	1.823	2.484	6.782
1 anos mais tarde	-	14	219	188		421
2 anos mais tarde	-	-	25			25
3 anos mais tarde	-	-				-
4 anos mais tarde	-					-
Posição em 31/12/2022	-	-	25	188	2.484	7.228
Provisão de Sinistros 31/12/2022	-	-	-	-	342	383
Falta Acumulada	-	(16)	(2.434)	(1.675)	-	-
% Falta Acumulada		0%	(9.736) %	(891) %	0%	

Ano de Ocorrência	Valores brutos de resseguro - Judiciais					
	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	Total
Incorrido						
Até data base	-	-	2	1	-	3
1 anos mais tarde	-	-	-	14		14
2 anos mais tarde	-	-	-			-
3 anos mais tarde	-	-				-
4 anos mais tarde	-					-
Posição em 31/12/2022	-	-	-	14	-	17

Pago acumulado						
Até data base	-	-	2	1	-	3
1 anos mais tarde	-	-	-	14		14
2 anos mais tarde	-	-	-			-
3 anos mais tarde	-	-				-
4 anos mais tarde	-					-

Posição em 31/12/2022	-	-	-	14	-	17
Provisão de Sinistros	-	-	-	-	-	-
31/12/2022	-	-	-	-	-	-
Falta Acumulada	-	-	(2)	14	-	-
% Falta Acumulada		0%	0%	96%	0%	

Ano de Ocorrência	Valores líquidos de resseguro - Judiciais					Total
	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	
Incorrido						
Até data base	-	-	2	1	-	3
1 anos mais tarde	-	-	-	14	-	14
2 anos mais tarde	-	-	-	-	-	-
3 anos mais tarde	-	-	-	-	-	-
4 anos mais tarde	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2022	-	-	-	14	-	17
Pago acumulado						
Até data base	-	-	2	1	-	3
1 anos mais tarde	-	-	-	14	-	14
2 anos mais tarde	-	-	-	-	-	-
3 anos mais tarde	-	-	-	-	-	-
4 anos mais tarde	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2022	-	-	-	14	-	17
Provisão de Sinistros	-	-	-	-	-	-
31/12/2022	-	-	-	-	-	-
Falta Acumulada	-	-	(2)	14	-	-
% Falta Acumulada		0%	0%	96%	0%	

19. Provisões judiciais

As provisões para contingências passivas foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos e o histórico de perdas; a administração da Companhia entende que estas provisões são suficientes para fazer frente a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos.

Processos cíveis: referem-se a processos movidos por segurados ou terceiros reivindicando o pagamento de coberturas não contratadas nas respectivas apólices ou por outros motivos não relacionados a sinistro.

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

O Capital Social subscrito e totalmente integralizado da Companhia é de R\$ 38.500, dividido de 38.678.496 (trinta e oito milhões, seiscentos e setenta e oito mil e quatrocentos e noventa e seis) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Em 29 de dezembro de 2020 foi deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária aumento do Capital Social no montante de R\$ 1.000, passando de R\$ 37.500 para R\$ 38.500, mediante emissão de 1.178.496 (um milhão, cento e setenta e oito mil e quatrocentos e noventa e seis) de ações ordinárias nominativas sem valor nominal, o qual homologado pela portaria nº 141/2021 da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício anual, após a constituição da reserva legal, conforme estabelecido no estatuto social da companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia destinou R\$ 1.034 para pagamento de juros sobre o capital próprio, calculados sobre o patrimônio líquido e limitados à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), pro rata die. Os juros sobre o capital próprio foram contabilizados como "Despesas financeiras", conforme requerido pela legislação fiscal.

As bases de cálculo do imposto de renda pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido foram reduzidas em R\$ 1.034, em decorrência da dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio da base de cálculo destes tributos.

c) Reserva legal

Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social. Neste exercício não foi constituída a reserva legal em razão da existência de prejuízo acumulado.

d) Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e exigência de capital

De acordo com a Resolução CNSP nº 432/2021 as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR). O CMR é equivalente ao maior valor, entre o capital-base e o capital de risco. A Companhia apura o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado, como demonstrado abaixo:

Detalhes	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio Líquido	34.117	33.259
Ajustes contábeis	(1.279)	(1.529)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	124	34
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) - nível 1	32.962	31.764

Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) - nível 2	3.503	-
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) - nível 3	-	-
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	36.465	31.764
Capital base (a)	8.100	8.100
. Capital baseado no risco de subscrição	5.647	1.397
. Capital baseado no risco de crédito	3.382	1.580
. Capital baseado no risco operacional	284	139
. Capital baseado no risco de mercado	6.701	2.881
. Efeito Correlação (Benefício)	(4.000)	(1.471)
Capital de Risco (b)	12.014	4.526
Capital Mínimo Requerido – maior valor entre (a) e (b)	12.014	8.100
Suficiência de capital (PLA - CMR)	24.451	23.664
Suficiência de capital %	204%	292%

A totalidade do CMR está sendo coberto pelo PLA de nível 1.

21. Detalhamento das contas da demonstração do resultado

Principais ramos de atuação

Ramo	31/12/2022		
	Prêmios ganhos	Sinistralidade (%)	Comercialização (%)
Assistência e Outras Coberturas – Auto	2.536	74%	33%
Seguro Garantia - Setor Público	20.001	5%	22%
Seguro Garantia - Setor Privado	10.097	7%	24%
Total	32.634	10,7%	23%

Ramo	31/12/2021		
	Prêmios ganhos	Sinistralidade (%)	Comercialização (%)
Assistência e Outras Coberturas – Auto	5.702	14%	29%
Seguro Garantia - Setor Público	10.606	-2%	20%
Seguro Garantia - Setor Privado	4.494	-15%	22%
Total	20.802	-0,3%	23%

21.1 Prêmios ganhos

	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios diretos	82.238	22.003
Prêmios cancelados	(13.864)	(5.510)
Prêmios restituídos	(2.721)	(1.300)
Prêmios de cosseguro aceito	3.440	2.742

Prêmios cancelados cosseguro aceito	(975)	(1.507)
Prêmios restituídos cosseguro aceito	-	(454)
Prêmios de riscos vigentes não emitidos (RVNE)	1.194	(1.015)
Prêmios de cosseguro cedido	(43)	(824)
Prêmios cancelados cosseguro cedido	-	650
Variação das provisões técnicas (a)	(36.635)	6.017
Total	32.634	20.802

21.2 Sinistros Ocorridos

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Sinistros Diretos - Administrativos	(3.491)	(1.734)
Sinistros Diretos - Judicial	(14)	(2)
Despesas com sinistros	(29)	(16)
Variação da Provisão de IBNR	(101)	1.708
Variação de despesas relacionadas de IBNR	(3)	99
Variação de despesas relacionadas de PSL	70	(56)
Ressarcimentos	88	53
Serviços de Assistência	(17)	-
Total	(3.497)	52

21.3 Custos de aquisição

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Comissões sobre prêmios diretos	(15.847)	(2.847)
Comissões sobre prêmios cosseguro aceito	(616)	(149)
Comissão s/prêmios de riscos vigentes não emitidos (RVNE)	(305)	240
Comissões sobre prêmios de cosseguro cedido	9	2
Outros custos de aquisição	(260)	14
Variação dos custos de aquisição diferidos	9.406	(1.395)
Variação de outros custos de aquisição	11	(627)
Total	(7.602)	(4.762)

21.4 Outras receitas e despesas operacionais

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Despesa prestação de serviços Garantia Mecânica	2	(221)
Despesas honorários expectativas de sinistros	-	25
Despesas campanha corretor	(738)	(83)
Despesas com cobrança	(71)	(18)
Ajuste ao valor de realização para obrigações	260	362

Redução ao valor recuperável para recebíveis	(547)	(513)
Provisões Cíveis	(191)	(6)
Outras despesas com operações de seguros	(106)	(135)
Total	(1.391)	(589)

21.5 Resultado com resseguro

	31/12/2022	31/12/2021
Receita com resseguros	1.676	(1.254)
Indenização de sinistros	694	128
Despesas com sinistros	-	7
Variação da Provisão de IBNR	34	(1.332)
Variação de despesas relacionadas de PSL	(29)	22
Variação de despesas relacionadas de IBNR	1	(79)
Participações em lucros resseguradores	976	-
Despesas com resseguros	(13.422)	(6.921)
Prêmios de resseguros cedidos	(49.038)	(11.189)
Comissão sobre prêmios de resseguros cedidos	20.410	4.660
Prêmios de resseguros cedidos riscos vigentes não emitidos (RVNE)	(126)	829
Comissão sobre prêmios de resseguros cedidos riscos vigentes não emitidos (RVNE)	52	(547)
Provisão de prêmios não ganhos de resseguro - RVE	26.088	(611)
Comissões diferidas - prêmios cedidos em resseguro - RVE	(10.869)	228
Provisão de prêmios não ganhos de resseguro - RVNE	126	(829)
Comissões diferidas - prêmios cedidos em resseguro - RVNE	(52)	547
Ressarcimentos	(13)	(9)
Total	(11.746)	(8.175)

21.6 Despesas administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Despesa com Pessoal	(3.671)	(2.055)
Serviços de terceiros	(5.535)	(3.998)
Localização e funcionamento	(696)	(617)
Publicidade e propaganda	(348)	(280)
Publicações	(10)	(22)
Outras despesas administrativas	(40)	(6)
Total	(10.300)	(6.978)

21.7 Despesas com tributos

	31/12/2022	31/12/2021
Impostos federais	(28)	(13)
Impostos municipais	(7)	(3)
COFINS	(885)	(596)
PIS	(124)	(88)
Taxa de fiscalização SUSEP	(298)	(210)

Outros Impostos	(1)	(1)
Total	(1.343)	(911)

21.8 Resultado financeiro

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas financeiras		
Receitas com títulos de renda fixa privados	343	364
Receitas com títulos de renda fixa públicos	2.785	959
Operações de seguros	130	10
Receitas com Fundos de Investimentos	2.826	699
Receita com créditos tributários	10	-
Total	6.094	2.032
Despesas financeiras		
Imposto sobre Operações Financeiras	(47)	(17)
Taxa de custódia	(58)	(47)
Taxa CETIP/SELIC	(38)	(33)
Outras	(1)	(2)
Total	(144)	(99)
Resultado financeiro	5.950	1.933

21.9 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	<u>IRPJ</u>		<u>CSLL</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Resultado antes de impostos e participações	2.705	1.372	2.705	1.372
(-) Participação nos resultados - PLR	(337)	(83)	(337)	(83)
(-) Juros sobre o Capital Próprio	(1.034)	-	(1.034)	-
Resultado ajustado	1.334	1.289	1.334	1.289
Adições	807	685	807	685
Exclusões	(340)	(386)	(340)	(386)
Compensação de Prejuízos Fiscais 30%	(540)	(476)	(540)	(476)
Resultado fiscal do exercício	1.261	1.112	1.261	1.112
Tributos calculados pelas alíquotas oficiais	(291)	(254)	(190)	(156)
PAT - programa de alimentação ao trabalhador	8	7	-	-
Ajustes impostos ano anterior	7	-	(10)	-
Encargos sobre o lucro do exercício	(276)	(247)	(200)	(156)
Alíquota efetiva	20,69%	19,16%	14,99%	12,10%

A Lei nº 14.183/21 aumento de 15% para 20% a alíquota da contribuição social devida sobre o lucro líquido no período entre julho e dezembro de 2021. Entre janeiro a julho de 2022 foi calculada considerando a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, com a Lei nº 14.446/2022, a alíquota da contribuição social aumentou de 15% para 16% para no período de 1º de agosto de 2022 à 31 de dezembro de 2022

voltando a 15% a partir de janeiro de 2023.

Os créditos diferidos relativos aos prejuízos fiscais referentes aos exercícios subsequentes estão sendo controlados na escrituração fiscal. Não foram constituídos contabilmente.

22. Partes Relacionadas

A Companhia efetuou operações com partes relacionadas pertencentes as empresas direta ou indiretamente controladas pela JNP Participações S/A., além da controladora JNF Participações S/A, bem como seus respectivos acionistas. As principais transações e saldos com partes relacionadas se referem a despesas corporativas com utilização de estruturas comuns.

A Companhia compartilha do Centro de Serviços Compartilhados, administrado pela empresa relacionada RTO Serviços Ltda., sendo as despesas do exercício referentes, basicamente, a serviços de tecnologia de informação, processamento da folha de pagamento, gestão de recursos humanos, rateio de gastos prediais e outros serviços de apoio administrativo, contábil e financeiro.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Passivo		
Obrigações a pagar		
RTO Serviços	133	148
JNF Participações S.A.	791	-
JNH Hotéis Ltda.	2	2
Total Passivo	<u>926</u>	<u>150</u>
Resultado do exercício		
Despesas administrativas		
JNH Hotéis Ltda.	-	4
RTO Serviços	1.691	1.501
Total Despesas	<u>1.691</u>	<u>1.505</u>

Remuneração dos administradores

As despesas com honorários de diretoria no montante de R\$ 801 (R\$ 71 em 2021) estão registradas na rubrica “Despesas administrativas – pessoal próprio”.

Conselho de Administração

Jorge Nacli Neto
Antoine Abouhamad
André Nacli

Diretoria

Jorge Nacli Neto
Diretor Presidente

Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro
Diretor

Fabiana Meira Moura
Diretora

Contador

Adriana Becher dos Santos
Contador - CRC PR042867/O-2

Atuário Técnico Responsável

Miki Massui
Atuária - MIBA 825

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos. Srs.
Diretores e Acionistas da
JNS SEGURADORA S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **JNS SEGURADORA S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **JNS SEGURADORA S.A.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada: “Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor

A Administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras

A Administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião;
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Entidade e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento

- e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras;
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria;
 - A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo;
 - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 13 de fevereiro de 2023.

GRUNITZKY - AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC PR-004.552/O-5
CVM Nº 7.862

MOACIR JOSE

GRUNITZKY:41501764934

Assinado de forma digital por MOACIR JOSE
GRUNITZKY:41501764934
Dados: 2023.02.22 13:46:40 -04'00'
Versão do Adobe Acrobat Reader:
2022.003.20322

MOACIR JOSÉ GRUNITZKY
CRC PR-025.759/O-1
CNAI 514

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

**Aos Administradores e Acionistas da
JNS Seguradora S.A.**

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo requerido, os valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, os créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, os indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e os limites de retenção da **JNS Seguradora S.A.** - “Companhia”, em 31 de dezembro de 2022, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade da Auditoria Independente

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras, dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da **JNS Seguradora S.A.** são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

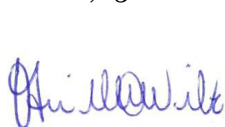
Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo requerido, os valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, os créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, os indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e os limites de retenção da **JNS Seguradora S.A.** em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.

Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Curitiba, 13 de fevereiro de 2023.



Assinado de forma
digital por DANIELLE
BELLISSIMO
WILK:83239570025

Danielle Bellissimo Wilk - Atuária MIBA 2841

ATUÁRIA BRASIL Assessoria, Consultoria e Auditoria S/S Ltda - CIBA 0087

CNPJ 06.114.280/0001-45 – Rua General Câmara nº 236, Conj. 601 – POA/RS